



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

27/06/2022 – ELEIÇÕES 2022

## Consumidor industrial do Brasil paga a segunda energia mais cara entre principais países exportadores

*Estudo da CNI mostra que conta de luz para a indústria nacional só é menos cara que a da Itália. Empresas que aderiram ao mercado livre de energia pagam, em média, 62% menos do que as do mercado regulado*

Levantamento da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) mostra que o preço da energia para o consumidor industrial brasileiro é o segundo mais caro entre os sete países que mais exportam para o Brasil. Os dados fazem parte do estudo *Energia: combustível do crescimento*, uma das [Propostas da Indústria para as Eleições 2022](#) entregues aos pré-candidatos à Presidência da República. O valor das tarifas no Brasil é menor apenas que o da Itália, ficando à frente do Japão, Alemanha, França, China, Coreia do Sul e Estados Unidos, onde o preço da eletricidade para a indústria é 62% inferior ao do mercado regulado brasileiro.

No Brasil, os grandes consumidores industriais migraram para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) de energia elétrica, em busca de preços menores. No entanto, a maioria das indústrias – que são as pequenas e médias – continua no mercado regulado, no qual a tarifa é mais cara.

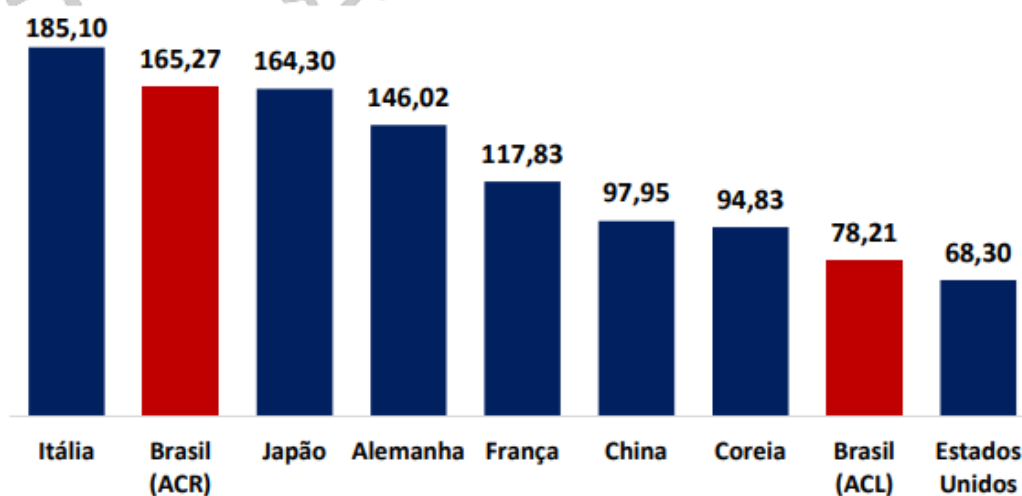
Para efeito de comparação, em 2019 o consumidor industrial brasileiro que comprou energia elétrica no mercado regulado pagou a segunda tarifa mais elevada entre os países analisados. Já a indústria de grande porte que comprou eletricidade no mercado livre brasileiro (ACL) pagou a segunda tarifa mais baixa entre os países analisados.

De acordo com os dados mais atualizados do Balanço Energético Nacional, de 2020, a indústria é a principal usuária de energia do país, representando 32,1% do consumo energético no Brasil. Na sequência aparecem os setores de transportes (31,2%), energético (11,2%), residencial (10,8%), agropecuário (5,1%), serviços (4,7%) e uso não energético (4,9%).

O gerente-executivo de Infraestrutura da CNI, Wagner Cardoso, afirma que a indústria é o setor da economia mais sensível ao preço da energia. “A competitividade da indústria brasileira tem sido comprometida pelo elevado custo dos insumos energéticos. A comparação dos preços com os praticados nos países concorrentes mostra que os custos do gás natural e da energia elétrica no mercado regulado estão muito elevados”, pontua. “Está claro que as indústrias de menor porte no país, que compram energia no mercado cativo, apresentam o maior problema de competitividade. Esse cenário precisa revertido para que a nossa indústria seja competitiva”, acrescenta.

### Quadro

Gráfico 2 – Comparação do preço da eletricidade em 2019 para o consumidor industrial - com tributos (USD/MWh) – maiores exportadores para o Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados de ANEEL (2021b), CEIC (2021a), DCIDE, IEA (2021b) e PSR.

Nota: Gráfico elaborado considerando os países selecionados e a disponibilidade de dados.

### Entenda a diferença entre ACR e ACL

O **Ambiente de Contratação Regulada (ACR)** é formado pelos consumidores cativos. O consumidor cativo é aquele que só pode comprar energia elétrica da concessionária responsável pela distribuição em sua região.

O **Ambiente de Contratação Livre (ACL)** é aquele conhecido como o Mercado Livre de Energia. Neste ambiente de negociação, os consumidores negociam as condições de compra de energia elétrica diretamente com as geradoras ou comercializadoras.

### Encargos encarecem conta de luz

O estudo aponta que uma das principais razões para a discrepância dos preços finais da energia elétrica é a carga tributária. Os encargos e taxas setoriais incorporados à conta de luz têm impacto anual de R\$ 34 bilhões, sendo a maior parte – R\$ 24 bilhões – para cobrir despesas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). A CDE é a fonte de financiamento de diferentes subsídios que incidem sobre as tarifas, como o Programa Luz para Todos, a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

A CDE foi criada com outras formas de arrecadação, inclusive com recursos do Tesouro Nacional, mas, com o passar dos anos, acabou sendo financiada via tarifa, o que a transformou em um grande encargo tarifário. A política tributária para o setor de energia varia, sendo que alguns países privilegiam a competitividade energética, enquanto outros priorizam a taxação da energia como fonte de financiamento para o setor público.



Confederação Nacional da Indústria

**PELO FUTURO DA INDÚSTRIA**

Entre as propostas do segmento industrial para o setor elétrico estão a aprovação dos projetos de lei 414/2021 e 1.971/2015, que tratam da modernização do setor e preveem a ampliação do mercado livre de energia.

#### **Principais propostas para o setor elétrico:**

- Modernizar o setor elétrico: reduzir os custos e aumentar a competitividade. Aprovar as propostas sugeridas nos PL 414/2021 e PL 1917/2015;
- Dar continuidade a ampliação do mercado livre. Conforme o proposto nos Projetos de Lei nºs 414/2021 e 1917/2015;
- Operar o setor elétrico baseado em lances de oferta para contratação de energia.
- Convergir para operação que leve em conta sinais de mercado, por meio da introdução de mecanismos de oferta dos geradores para definição da ordem de mérito e formação do preço de curto prazo;
- Aumentar a convergência do setor de gás natural ao setor elétrico. Analisar a melhor localização das termelétricas em relação aos poços de exploração de gás natural. Articular os investimentos no desenvolvimento de novos campos de gás com os projetos de geração térmica;
- Reduzir os encargos setoriais incidentes sobre a conta de energia elétrica, reduzir as alíquotas de parte dos encargos e transferir progressivamente os subsídios embutidos na CDE para o Tesouro

#### **Atendimento à Imprensa**

(61) 3317-9696 / 9578

[imprensa@cni.com.br](mailto:imprensa@cni.com.br)



/cniBrasil



@CNI\_br



@cniBr



/cniweb



/cniweb



/cniweb



[noticias.portaldaindustria.com.br](http://noticias.portaldaindustria.com.br)